

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.191 - RS (2019/0172882-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : JOAO CARLOS ZIMMERMANN COSTA (PRESO)
ADVOGADO : CLÁUDIO NUNES DA SILVA - RS015996
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **JOAO CARLOS ZIMMERMANN COSTA** contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado na alínea "a" e "c" do permissivo constitucional, em desfavor do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO. CRIME DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR COMETIDO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. ELEMENTO SUBJETIVO. IMPRUDÊNCIA E NEGLIGÊNCIA. PROVA SUFICIENTE. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA. - MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. IMPRUDÊNCIA E NEGLIGÊNCIA COMPROVADAS.

As provas existentes no caderno processual são suficientes para o julgamento de procedência do pedido condenatório deduzido na denúncia.

Materialidade e autoria suficientemente demonstradas. A prova dos autos demonstrou, com segurança, que o réu, motorista profissional, na condição de condutor de ônibus de transporte coletivo, ao desrespeitar o limite máximo de velocidade estabelecido e, ainda, deixar de tomar os cuidados necessários ao tráfego em trecho de via urbana sem canteiros, com grande circulação de pessoas e congestionamento nas pistas de rolamento adjacentes, violou o dever de cuidado objetivo, dando causa ao sinistro que culminou no falecimento da vítima. Os crimes culposos caracterizam-se pela violação do dever de cuidado objetivo, exigido de todo indivíduo que vive em sociedade, em pelo menos uma de suas modalidades: imprudência, negligência e imperícia (artigo 18, inc. II, do CP). Nessas hipóteses, mediante ação voluntária, o indivíduo provoca resultado ilícito que, embora não desejado, era previsível e poderia ter sido evitado, atingindo, assim, aos bens jurídicos tutelados, que, no caso do homicídio culposo no trânsito, previst o no artigo 302 do CTB, é a vida humana e a segurança viária. Na hipótese, o réu agiu com culpa nas modalidades imprudência e negligência. E ainda que a vítima tenha tentado atravessar o corredor de ônibus de forma inadvertida, em local sem faixa de pedestres, eventualmente concorrendo para o resultado, a responsabilidade penal do acusado pelo resultado ilícito em nada se alteraria, porquanto agiu também de forma imprudente e negligente.

Ademais, no Direito Penal Brasileiro, não é admitida a compensação

de culpas.

- DOSIMETRIA DA PENA. Basilar fixada no mínimo legal. Ausentes agravantes ou atenuantes. Por derradeiro, a reprimenda foi recrudescida em 1/3 pela incidência da majorante descrita no artigo 302, §1º, inciso IV, do CTB. Regime inicial aberto.

Mantida a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, nos termos da sentença.

- PERÍODO DE SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO. Não assiste razão à defesa ao postular a redução do período de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor para o mínimo legal. Embora o art. 293 do CTB não estabeleça os parâmetros para a sua fixação, é certo que, para o estabelecimento do prazo de duração da medida, deverão ser observadas as peculiaridades do caso em concreto, especialmente a gravidade do delito e o grau de culpabilidade do agente. A graduação da sanção não se vê adstrita à análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Estatuto Repressivo. Jurisprudência do STJ). No caso dos autos, conservada a suspensão por 04 (quatro) meses, *quantum* que se mostrou benéfico ao acusado, observadas as particularidades apresentadas no caso concreto. Apelo defensivo desprovido." (e-STJ, fls. 264-265).

A defesa aponta, inicialmente, negativa de vigência "ao artigo 13, *caput*, do Código Penal Brasileiro, na medida em que é impossível ser imputada responsabilidade ao Recorrente pela morte da vítima com a correta e exata observância da relevância causal entre a sua conduta e o resultado morte" (e-STJ, fl. 294).

Aduz, ainda, que o acórdão recorrido violou o art. 293 do Código de Trânsito Brasileiro "ao não reduzir a pena de suspensão da habilitação para dirigir do recorrente ao mínimo legal, pois, ainda que desvinculada das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal deve guardar relação com os critérios de proporcionalidade e adequação da pena privativa de liberdade" (e-STJ, fl. 296).

Requer, assim, seja reformado o acórdão recorrido, com a absolvição do Recorrente. Alternativamente, pleiteia a redução da pena de suspensão da habilitação ao mínimo legal.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 304-306).

O recurso foi inadmitido em razão da incidência dos óbices das Súmulas 7 e 83 STJ (e-STJ, fls. 308-316).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do agravo, bem como requereu seja determinado ao Juízo de primeira instância que proceda ao início da execução da pena (e-STJ, fls. 345-352).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não merece amparo.

Consoante se verifica dos autos, o acusado foi condenado às penas de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por restritivas de direitos, e suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor por 4 (quatro) meses, pela prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302, § 1º, IV do

CTB).

No que tange à tese amparada no art. 13 do Código Penal, o Tribunal *a quo*, soberano na análise do material fático-probatório dos autos, concluiu que as provas carreadas aos autos são suficientes para a condenação do acusado pelo delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor, com base nos seguintes fundamentos:

Nessas circunstâncias, portanto, cabia ao acusado, motorista profissional com vasta experiência, não apenas diminuir a velocidade imprimida ao limite máximo permitido, cautela que, consoante exposto, sequer foi adotada, mas sim reduzi-la a patamar adequado e compatível com as condições físicas e a intensidade do trânsito na pista (art. 43 do Código de Trânsito Brasileiro).

Por fim, importa destacar que mesmo que a prova coligida ao feito indique que ofendido atravessou a via de forma inadvertida, em local onde não havia faixa de pedestres, concorrendo eventualmente para o resultado, a responsabilidade penal do acusado pelo sinistro em nada se alteraria, porquanto também agiu de forma negligente e imprudente. Ademais, no Direito Penal Brasileiro, não é admitida a compensação de culpas.

(...)

No que se refere à existência do nexo de causalidade entre a conduta imputada ao recorrente e o resultado naturalístico, pontuo que o Direito Penal Brasileiro adota a teoria da equivalência dos antecedentes (condido *sine qua non*), sendo considerada causa do crime a ação ou omissão sem a qual o resultado ilícito não teria ocorrido, nos termos do artigo 13 do Estatuto Repressor.

(...) Desse modo, o recorrente, na qualidade de motorista profissional e condutor do ônibus M. Benz, placas 01K7727, ao desrespeitar o limite máximo de velocidade estabelecido na via e, ainda, deixar de tomar os cuidados necessários ao tráfego em trecho de via urbana sem canteiros, com grande circulação de pessoas e congestionamento das pistas adjacentes, violou o dever de cuidado objetivo, dando causa ao sinistro que culminou no falecimento da vítima.

Em sendo assim, as provas existentes no caderno processual não deixam dúvidas a respeito da responsabilidade criminal do apelante pelo crime previsto no artigo 302, §1º, inciso IV, do Código de Trânsito Brasileiro, pelo que deve ser mantida a sentença condenatória." 278-281

Nesse contexto, a alteração do julgado, a fim de absolver o réu, tal como pleiteado pela defesa, demandaria, necessariamente, incursão no material fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

A corroborar esse entendimento, confirmam-se os seguintes precedentes:

"[...]

1. Concluindo o Tribunal de origem, soberano na análise probatória, que a ré teria agido de forma negligente e imprudente, a alteração do julgado, para fins de absolvição, demandaria revolvimento de fatos e

provas, o que não se admite na via do especial, a teor da Súmula 7/STJ. 2. Assentado no acórdão recorrido que não houve demonstração nos autos no sentido de que a ré tenha tentado evitar as consequências do fato ou minimizá-las, a pretendida revisão do entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Esta Corte possui entendimento no sentido de que a atenuante de senilidade só será aplicada ao agente que contar com 70 anos na data da sentença condenatória, e, não, na data da confirmação em grau de recurso.

4. Ressalvada compreensão pessoal diversa, a Terceira Seção manteve a orientação firmada no EREsp 1.619.087/SC quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direito, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

5. Agravo regimental improvido, mas confirmada a tutela provisória para obstar a execução provisória da pena restritiva de direitos."

(AgRg no AREsp 1380448/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 21/05/2019)

"[...]

3. A Corte *a quo*, após análise das provas constantes dos autos, reconheceu a culpa do agravante pelo crime de homicídio culposo, por ter sido negligente ao não adotar a cautela devida na condução do veículo automotor, vindo a colidir na traseira do caminhão que transitava no mesmo sentido.

4. A pretensão de reforma para se desconstituir o julgado e operar a absolvição pretendida implicaria o revolvimento do material fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1483583/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

De outra parte, quanto à suscitada ofensa ao art. 293 do Código de Trânsito Brasileiro, cumpre ressaltar que "o prazo de duração da suspensão para habilitação, penalidade cumulada à pena privativa de liberdade aplicada em decorrência da prática de homicídio culposo na direção de veículo automotor, deve ser proporcional ao grau de censura devido ao agente e à gravidade do fato típico, em concreto" (AgRg no REsp 1.417.545/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/4/2016, DJe 6/5/2016).

Segundo o art. 293 do Código de Trânsito Brasileiro, a penalidade de suspensão da habilitação tem a duração de 2 meses e 5 anos.

Extrai-se do acórdão de origem que o réu cometeu o delito no exercício de sua profissão de motorista, conduzindo veículo de transporte de passageiros, categoria da qual mais se espera acuidade no trânsito.

Assim, o prazo de **4 (quatro) meses** fixado para a penalidade de suspensão da habilitação não se mostra desproporcional ou desarrazoado, considerando os limites mínimo e máximo abstratamente cominados à sanção e as peculiaridades do caso concreto – morte de um pedestre – causada por motorista profissional, que conduzia o veículo em

velocidade superior aquela permitida para o local.

Por fim, verifica-se que o Ministério Público Estadual requereu a execução provisória da pena aplicada ao réu.

Diante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC 126.292/SP, ficou assente que, esgotadas as instâncias ordinárias, a interposição de Recurso Especial não obsta a execução da decisão penal condenatória. E, ainda, em julgamento colegiado do pedido de liminar das ADCs 43 e 44, confirmou-se esse entendimento.

No entanto, ao requerido foram impostas penas restritivas de direitos.

A Suprema Corte, ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena, como agora, não a autorizava para as penas restritivas de direito. Nesse sentido: HC 88.741/PR, Rel. Ministro EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, DJ de 04/08/2006; HC 89.435/PR, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2013.

Ademais, encontra-se em pleno vigor, o disposto no art. 147 da Lei das Execuções Penais (Lei n. 7.210, de 11.07.1984), segundo o qual "**transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos**, o Juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares" (grifou-se).

Não há notícia de que o STF ou a Corte Especial do STJ, no âmbito de suas respectivas competências, tenham declarado a inconstitucionalidade de aludida norma. Nem mesmo no já referido HC 126.292/SP fez-se menção a tal possibilidade.

Por conseguinte, este órgão turmário não poderia recusar a aplicação do art. 147 da LEP sem ferir a CF ou desconsiderar a orientação da Súmula Vinculante n. 10, *verbis*:

“Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.”

Nesse sentido, além do julgado da Suprema Corte – HC 89.435/PR –, da relatoria do Ministro Celso de Melo, tem-se decisões da 5ª Turma do STJ: RHC 80.384/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 07/04/2017; AgRg no REsp 1.618.434/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2017.

Mais recentemente ainda, a 3ª Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do EREsp 1.619.087/SC, em 14/06/2017, pacificou o entendimento, segundo o qual as penas restritivas de direitos só podem ser executadas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, DJe 24/08/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial, bem como **indefiro** o pedido ministerial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator